

(Extrait de la Circular Congr. N. 14/2015)

1. Formação inicial: preocupações e desafios

A fim de termos em prática quanto afirmamos no documento do XX Capítulo Geral sobre os processos de formação, que *devem ser personalizados, favorecer a maturidade integral, conduzir a uma vida consagrada significativa e a uma identidade carismática sólida e dinâmica*,¹ a Ir.ª María Asunción Riopedre, Vigária Geral e responsável pela área da formação, recolhendo as reflexões do anterior Conselho Plenário abordou o tema da formação inicial, com destaque para a reorganização do 5.º ano do Juniorado e/ou Josefinato e para a urgente necessidade da formação de formadoras.

Depois de partilhar alguns pontos do encontro de formadoras, realizado em Roma, no mês de abril, após o Congresso Internacional de Formadores, promovido no âmbito das iniciativas do Ano da Vida Consagrada, fomos convidadas a refletir sobre as **principais preocupações e os desafios** que temos na Congregação no campo da formação inicial.

É importante que todas conheçamos estas preocupações para nos envolvermos na sua superação, pois a formação de um Instituto é da responsabilidade de todos os seus membros e a renovação da vida consagrada depende principalmente da formação.² Nesta mesma linha, o documento capitular reconhece a centralidade da formação no caminho da renovação da nossa opção fundamental por Cristo na vida consagrada hospitalar.³

Começo por apresentar a síntese desta reflexão e, em seguida, falarei das conclusões operacionais no que respeita à reorganização do 5º ano do Juniorado e/ou Josefinato e de outros temas.

a) **Formação de formadoras**

A primeira constatação é que são poucas as formadoras e que, devido às suas muitas ocupações, nem sempre dão corretamente prioridade ao seu ministério; algumas Irmãs têm pouca preparação específica para desempenharem a sua missão e registam-se lacunas, especialmente na área carismática; existem dificuldades no acompanhamento pessoal e em privilegiar a entrevista pessoal como meio essencial para um bom processo formativo.

Assim, é **urgente preparar Irmãs para a formação** e fazer com queas que desempenham este ministério se atualizem; deverá ser dada prioridade ao seu papel de formadoras, evitando a acumulação de tarefas que sejam incompatíveis com as funções atribuídas; é necessário apoiá-las, respeitar as suas orientações e favorecer uma maior comunicação e coordenação entre as formadoras, as superiores das comunidades onde há formandas e as superiores maiores.

Perante tantas urgências que se nos apresentam, reconhecemos a dificuldade de libertar Irmãs que se preparem para serem formadoras; assumimos, porém, que esta deve ser uma das nossas principais **prioridades** e cada estrutura canónica da Congregação deve comprometer-se com ações específicas neste sentido.

Na designação das Irmãs que assumem ou que previsivelmente possam vir a assumir esse serviço, devemos ter em conta os critérios que as nossas Constituições apresentam no número 78, tomando em particular consideração a maturidade humana, o equilíbrio pessoal e a coerência de vida, a identificação com a vocação e o carisma da Congregação, a adequada experiência de serviço aos doentes e ainda o facto de terem experiência de serem elas mesmas acompanhadas para poderem assumir este serviço com responsabilidade.

b) **Equipas formativas e Irmãs que colaboram na formação**

Reconhecemos que nem sempre é fácil dispor de Irmãs que integrem as equipas de formação, assumindo o seu papel de colaboração na formação teórica e prática para a vida hospitaleira e no discernimento dos processos de formação. Às vezes, essas Irmãs não chegam a entender claramente o seu papel e não se sentem suficientemente integradas na equipa e, por sua vez, informadas, com a necessária confidencialidade, do processo que as formandas estão a realizar.

É necessário constituir e/ou rever as equipas de formação, **definir claramente o papel formativo das comunidades** e orientar-se por critérios comuns no que diz respeito à formação; as Irmãs que integrem as equipas deverão ser pessoas com sentido de humanidade e espiritualmente bem integradas, identificadas sob os pontos de vista profissional e carismático e demonstrar capacidade para assumir as diferenças; nas estruturas de formação interprovinciais as equipas deverão possivelmente ser formadas por Irmãs de diferentes culturas.

Reconhece-se a necessidade de se poder recorrer pontualmente à **colaboração** pontual de Irmãs que tenham aprofundado o nosso carisma e a nossa espiritualidade e de se trabalhar a dimensão intercultural nas equipas e comunidades onde haja Irmãs em formação.

c) **Processos de formação**

Afirmamos no documento capitular que os processos formativos *“são personalizados, favorecem a maturidade integral, conduzem a uma vida consagrada significativa e a uma identidade carismática sólida e dinâmica; partem das origens e promovem a inculturação.”*⁴

Olhando para a nossa realidade, reconhecemos que nem sempre os processos de formação produzem **dinâmicas de transformação** que afetem a vida e atinjam profundamente a pessoa; perante **ainconsistência vocacional** que se evidenciam nas saídas da congregação no Juniorado, nos primeiros anos de votos perpétuos ou noutras situações, devemos interrogar-nos se estamos realmente a formar pessoas maduras sob os pontos de vista humano e vocacional, com uma forte identidade crente e carismática, se estamos a cuidar das condições que favorecem o caminho, dedicando uma atenção especial ao acompanhamento espiritual e formativo das Irmãs em formação, num ambiente fraterno que favoreça a abertura, a confiança e a liberdade.

É necessário realizar cursos de formação, conforme propomos no Plano Geral de Formação, que partam da realidade da pessoa, tenham em conta **todas as suas dimensões**, ajudem a formanda a crescer como mulher apaixonada por Jesus Cristo, como Irmã geradora de comunhão e como hospitaleira compassiva com a humanidade⁵, com um forte sentido de pertença congregacional.

Temos de assegurar especialmente o **acompanhamento** formativo, realizado pela formadora, embora sem excluir, de acordo com as necessidades, um acompanhamento psicológico e/ou espiritual. Neste sentido, é muito importante cuidar do clima de confiança e confidencialidade, de modo a facilitar a transparência e o acompanhamento.

Do mesmo modo, é de importância crucial o momento da **avaliação do processo de formação**, como exercício de discernimento responsável, em que a formanda, a formadora, a equipa, as Irmãs da comunidade e as superiores maiores, através de uma visão realista e com consciência do processo, manifestam a própria avaliação relativamente ao caminho percorrido pela Irmã em formação. Os relatórios de avaliação e a autoavaliação devem ser feitos corretamente, documentando claramente as luzes e sombras reveladas em todo o processo de crescimento humano e espiritual.

Existem processos formativos que, após o discernimento, quer por parte da Congregação quer da formanda, têm como desfecho a saída do Instituto. São momentos difíceis e temos de os viver num espírito de caridade e de os acompanhar hospitaleiramente; como recordou o Papa Francisco aos formadores, "*devemos acompanhá-las também na saída, para que encontrem o seu caminho de vida, com o apoio necessário. Não com uma atitude de defesa*".⁶

Neste âmbito e tendo em vista garantir a **continuidade** dos processos de formação, é necessário rever, em diferentes níveis, os meios e as formas de comunicação e coordenação entre as formandas das diferentes etapas e com as superiores maiores.

d) **Critérios de seleção e discernimento**

Embora não tenhamos especificamente refletido sobre os critérios de seleção, constatámos no entanto a necessidade de termos como ponto de referência os que são indicados nas nossas Constituições, no Diretório e no Plano Geral de Formação.⁷

É essencial **conhecermos bem** as jovens candidatas: quem são, de onde vêm (o seu contexto familiar e social) e como chegaram até nós; a partir desses dados, é preciso fazer um processo de acompanhamento, prevendo e reservando o tempo necessário para o **período que antecede o postulante** (aspirante), de forma a favorecer o conhecimento mútuo e o crescimento humano e na fé, e para fortalecer o amor de Jesus Cristo e o início do serviço aos doentes.

Somos convidados a estar particularmente atentas às jovens que se dirigem a nós depois de terem feito **experiências noutras congregações**; devemos pedir as informações pertinentes como elementos ulteriores que nos possam ajudar no nosso discernimento.

Abordámos também a questão da **idade máxima de entrada no postulante** e concordámos que não se deve ultrapassar o intervalo entre **35 e 40 anos**, mantendo-se de preferência uma idade inferior. No que se refere a este critério, é fundamental considerar o contexto cultural de onde provêm as jovens que querem unir-se à Congregação.

e) **Centros e estruturas de formação**

O Documento Capitular pede-nos para "reorganizar as **estruturas** de formação inicial, garantindo que esta se realize num lugar que ofereça as melhores garantias de

qualidade e proporcione experiências significativas em termos de vida fraterna e de missão apostólica".⁸

Debatemos este assunto, observando que é necessário um maior aprofundamento, embora se sinta a necessidade de caminhar no sentido de termos centros ou estruturas de formação interprovinciais; assim, surge o desafio de trabalhar a interculturalidade e a aprendizagem de línguas. Reafirmamos a necessidade de assegurar que os ambientes comunitários e as experiências de serviço apostólico facilitem o processo de formação, assim como a iniciação/consolidação da vida religiosa hospitaleira.

No que diz respeito às etapas do **aspirantado e postulante**, a orientação é que se devem realizar no próprio país, prevendo o tempo necessário para atingir os objetivos dessa fase. Os últimos meses do postulante devem decorrer no país no qual será feito o noviciado, de modo a facilitar uma integração progressiva e o domínio da língua.

f) **Quinto ano de Juniorado ou "Josefinato"**

Esta questão já tinha sido tratada no XXII Conselho Plenário, mas agora foi abordada com mais elementos de reflexão e chegamos a um consenso relativamente à maneira de reorganizar esta etapa formativa.

Trata-se de tornar o **quinto ano do Juniorado num ano de preparação para "decidir" sobre a opção definitiva**. Na prática, isto significa o seguinte:

- No 5.º ano do Juniorado, todas Irmãs irão para Ciempozuelos e utilizarão este tempo de preparação para discernir a sua decisão antes dos votos;
- Durante esse tempo e de acordo com a disposição e preparação alcançadas, farão a petição para serem admitidas à profissão perpétua;
- Tanto quem for admitido à profissão perpétua, como quem tiver obtido uma prorrogação, continuarão o processo de formação iniciado, até ao fim. Depois, regressarão às respetivas províncias: umas farão a profissão perpétua, em lugar e data definidos com a sua superiora maior; as outras continuarão o seu caminho de formação, segundo um plano a ser elaborado e, quando estiverem preparadas, pedirão para serem admitidas à profissão perpétua.

Reafirma-se a necessidade urgente de aprender a língua castelhana e de chegar com antecedência para a irem pondo em prática, a fim de atingirem melhores resultados neste tempo de formação.

g) **Outros aspetos**

Renova-se o apelo para que todos conheçam, aprofundem, assumam e implementem o **Plano Geral de Formação**, tendo em conta as suas orientações no momento de elaborar os programas de formação das várias etapas. Devemos tratar com um cuidado particular as questões e a dinâmica da nossa identidade hospitaleira, trabalhando para uma adequada inculturação do carisma.

É também urgente estruturar a etapa dos **primeiros anos de votos perpétuos** e acompanhar as Irmãs, cuidando daqueles aspetos que podem facilitar a identificação progressiva com os valores do seguimento de Jesus na vida consagrada hospitaleira.

Pede-se também que se vele pelas traduções dos textos congregacionais, de modo a facilitar o acesso a eles por parte de todas as Irmãs.

Talvez me tenha alongado demasiado nesta partilha convosco das preocupações e desafios que se apresentam na área da formação, mas faço-o porque estamos preocupadas com a formação em todas as suas dimensões e queremos que todas "tenhamos no coração" esta mesma preocupação e que, por sua vez, isso nos estimule a encontrar as respostas necessárias e mais adequadas.

-
- ¹ IRMÃS HOSPITALEIRAS, *Documento do XX Capítulo Geral: Recriar a Hospitalidade. Caminhos de revitalização*, Roma, Maio de 2012, 5.
 - ² JOÃO PAULO II, Exortação Apostólica *Vita Consecrata*, Roma 1996, 68.
 - ³ IRMÃS HOSPITALEIRAS, *Documento do XX Capítulo Geral*, 4, 5 e 6; Linhas de Ação 1.3., 1.4., 1.5.
 - ⁴ IRMÃS HOSPITALEIRAS, *Documento do XX Capítulo Geral*, 5.
 - ⁵ IRMÃS HOSPITALEIRAS, *Documento do XX Capítulo Geral*, 4.
 - ⁶ Papa FRANCISCO, *Discurso aos participantes no Congresso dos Formadores para a Vida Consagrada*, Roma, 11 de abril de 2015.
 - ⁷ CF IRMÃS HOSPITALEIRAS, *Constituições e Diretório*, 70; *Plano Geral de Formação*, 204.
 - ⁸ IRMÃS HOSPITALEIRAS, *Documento do XX Capítulo Geral*, Linha de Ação 1.3.